

O SNI, a CIA e as relações Brasil-Iraque na década de 1980

The SNI, the CIA and Brazil-Iraq relations in the 1980s

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.141081>

Marcelo Furtado Martins de Paula
Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil
mfurtadom@gmail.com  

Resumo

As relações entre Brasil e Iraque durante as décadas de 1970 e 1980 foram um componente importante da política externa brasileira. Durante os governos Geisel e Figueiredo, o Brasil buscou consolidar sua autonomia por meio de uma política externa ativa, que incluía a ampliação de suas exportações de armamentos e a cooperação tecnológica e nuclear com países do Sul Global. Este estudo objetiva aprofundar o conhecimento sobre a operacionalização dessas relações e sua relevância internacional. Para isso, é realizada análise documental de fontes primárias da CIA e do SNI que evidenciam como as exportações de armas e a cooperação com o Iraque eram percebidas pelo Brasil e pelos Estados Unidos. Os documentos revelam que a política de exportação envolveu uma complexa rede de diplomacia, empresas privadas e setor militar. A análise histórica e documental apresenta uma perspectiva da dinâmica das interações Brasil-Iraque, suas implicações para a política externa brasileira e sua dimensão internacional – medida pela forma como foi acompanhada pela inteligência estadunidense.

Palavras-chave: Brasil; Iraque; Exportações Bélicas; CIA; SNI.

Abstract

Relations between Brazil and Iraq during the 1970s and 1980s were an important component of Brazilian foreign policy. During the Geisel and Figueiredo administrations, Brazil sought to consolidate its autonomy through an active foreign policy, which included expanding its arms exports and fostering technological and nuclear cooperation with countries of the Global South. This study aims to deepen the understanding of how these relations were operationalized and their international relevance. To achieve this, a document analysis of primary sources from the CIA and the SNI is conducted, revealing how arms exports and cooperation with Iraq were perceived by both Brazil and the United States. The documents show that the export policy involved a complex network of diplomacy, private companies, and the military sector. The historical and documentary analysis provides a perspective on the dynamics of Brazil-Iraq interactions, their implications for Brazilian foreign policy, and their international dimension—measured by how they were monitored by U.S. intelligence.

Keywords: Brazil; Iraq; Arms Exports; CIA; SNI.

Recebido: 01 Julho 2024
Aceito: 03 Outubro 2024

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

O objetivo deste artigo é aprofundar o conhecimento sobre a construção das relações Brasil-Iraque na década de 1980 e avaliar sua relevância para outros atores internacionais na década de 1980. As relações entre Brasil e Iraque durante as décadas de 1970 e 1980 são objeto de diversos estudos acadêmicos, e caracterizam-se pela significativa interação política, econômica e militar. (FARES 2007; SANTANA, 2014; PREISS, 2006; SOCHACZEWSKI, 2004; SPEKTOR, 2006; ÁVILA, 2022, SALEH *et al.*, 2010). Esses estudos evidenciam que a relação Brasil-Iraque foi um componente importante da política externa brasileira, marcada pelo *pragmatismo responsável* e pelo *universalismo* no esforço de diversificação de parcerias internacionais. Durante os governos de Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985), o Brasil buscou consolidar sua autonomia por meio de uma política externa ativa, que incluía a ampliação de suas exportações de armamentos e a cooperação comercial com países do Sul Global.¹

O Iraque ocupou lugar de destaque nesse processo. Nesse caso, como se verá, a cooperação incluiu o setor nuclear e transferência de tecnologia militar. A nomeação de embaixadores-generais (Samuel Alves Correa e Alacyr Frederico Werner) para a Embaixada em Bagdá reforçava o caráter militarista dessas relações (FARES, 2007b). Este artigo aponta como as exportações de armas do Brasil para o Iraque e a cooperação técnica entre os dois países envolveram atividades de uma complexa rede no Brasil. Foram mobilizados o Itamaraty, ministérios da área econômica, empresas privadas, entidades como a APEX (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) e o setor militar.

Essa constatação se dá a partir da análise de um conjunto de fontes primárias, tanto do Serviço Nacional de Informações (SNI) como da Central Intelligence Agency (CIA). Esses documentos, à época classificados como secretos e ultrassecretos, encontram-se desclassificados e disponíveis online no Sistema de Informações do Arquivo Nacional e no sítio da CIA. O sigilo e a cultura do segredo são essenciais à Atividade de Inteligência (HERMAN, 1996, p. 88-93). Isso torna a obtenção de documentos originais particularmente difícil. Na maior parte das vezes, como é o caso dos documentos da CIA analisados, são disponibilizados com muitos cortes e tarjas. Contudo, a análise documental desses documentos é capaz de fornecer informações privilegiadas e detalhadas sobre eventos, políticas e decisões, muitas vezes inacessíveis por outras fontes. Esse tipo de documento, ao ser analisado criticamente, pode revelar motivações políticas, estratégias e operações ocultas que influenciaram contextos sociopolíticos complexos (Bowen, 2009).

Seguindo a metodologia de análise documental de Cellard (2008), os documentos utilizados são autênticos e, pela triangulação com a análise histórica empregada, críveis, no sentido de representarem interesses geopolíticos das nações envolvidas. Como documentos de Inteligência são regidos pelo sigilo e não intencionados ao público, a sua análise documental permite a reconstrução de narrativas históricas e o entendimento de dinâmicas de poder que permanecem ocultas em outras fontes públicas.

Os documentos do SNI tratam do Projeto Astros, de desenvolvimento e exportação de mísseis e equipamentos relacionados. O projeto era desenvolvido pela Avibrás, uma das principais indústrias de defesa brasileiras, fundada em 1961 e sediada em São José dos Campos. A empresa atuava na realização de pesquisas, desenvolvimento, fabricação e comercialização de produtos aeroespaciais, eletrônicos, aeronáuticos, químicos e de telecomunicações, além da prestação de serviços de engenharia. Atrasos e dificuldades na exportação de armamentos por parte da Avibrás motivaram o acompanhamento da situação por parte da Inteligência brasileira.

A relevância da cooperação Brasil-Iraque fica evidenciada pela forma com que foi acompanhada pela inteligência norte-americana. Os documentos da CIA analisados neste trabalho mostram como, na percepção dos Estados Unidos, essa

¹ Os documentos do período utilizam o termo "Terceiro Mundo", cunhado por Sauvy (1952). O termo designa países que não estavam no centro do bloco capitalista (Primeiro Mundo, liderado pelos EUA) nem alinhados com o bloco socialista (Segundo Mundo, liderado pela URSS), e carrega uma conotação histórica ligada à marginalização econômica e política global. Olegsbey (1969) introduziu o termo "Sul Global", que passou a ser mais utilizado com o fim da Guerra Fria, e que é considerado mais inclusivo e neutro.

relação impactava a relação de poder no sistema internacional, particularmente entre as potências médias. O Brasil alcançou a 8ª posição entre os maiores exportadores mundiais de armamentos, e chegou a ser o primeiro entre os países do Sul Global em alguns anos. O Iraque foi o maior responsável por esse sucesso.

O artigo está organizado em três seções, além da introdução e conclusão. Primeiro, por meio de uma revisão da literatura, apresenta-se o panorama da política externa brasileira nos governos Geisel e Figueiredo, destacando a diversificação das parcerias internacionais.

Em seguida, descreve-se como a política para o Oriente Médio está inserida nesse contexto, particularmente em relação à política comercial. Nessa segunda sessão, o caso do Iraque é particularizado com o estudo de caso do Programa Astros. Evidencia-se com a análise como a integração de empresas privadas e do Estado ocorreu na promoção dessas exportações, com o importante papel das políticas governamentais e das intervenções diplomáticas para contornar empecilhos enfrentados durante a execução dos contratos.

A terceira seção apresenta documentos da inteligência estadunidense que atestam a relevância da cooperação militar Brasil-Iraque para os interesses norte-americanos no período. Os documentos analisam a política de exportações de armas brasileira, a importância do Iraque para o crescimento da indústria bélica nacional e o impacto desse crescimento no mercado internacional de armas. Analisam ainda a preleção de países em desenvolvimento por equipamentos brasileiros e a dependência do programa nuclear iraquiano em relação ao Brasil.

A conclusão reforça o entendimento predominante na literatura de centralidade das relações Brasil-Iraque nas décadas de 1970 e 1980 em um contexto de projeção de ambos os países como potências médias. Mais especificamente, o material analisado demonstra que a exportação de material bélico para o Iraque integrou uma política bem coordenada e formalizada, com efetivo papel do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e executada diligentemente pelos ministérios envolvidos, incluindo economia, defesa, diplomacia, inteligência e indústria.

Vetores da Política Externa Brasileira na década de 1980

A política externa brasileira nos governos Geisel e Figueiredo foi caracterizada por mudanças significativas. O *Pragmatismo Responsável* do governo Geisel buscou ampliar a autonomia do Brasil através da diversificação de suas parcerias comerciais e diplomáticas. A participação brasileira como observador do Movimento dos Não-Alinhados e seu apoio às lutas anticoloniais refletiam uma estratégia de afirmar sua autonomia e de aumentar seu prestígio internacional. Além disso, o governo Geisel priorizou a diplomacia econômica, a fim de buscar garantir mercados para exportações brasileiras e acordos de cooperação (SOCHACZEWSKI, 2004; SPEKTOR, 2006; PREISS, 2006; SANTANA, 2014).

Nesse sentido, Traumann (2007, p. 68-69) aponta que o *Pragmatismo Responsável* se baseava em quatro pilares. Primeiro, houve maior aproximação com Japão e Europa Ocidental, sobretudo a Alemanha, com quem foi firmado o Acordo de Cooperação Nuclear de 1975. O Brasil buscava diminuir a dependência tecnológica em relação aos EUA, adquirir armas nucleares e obter autossuficiência energética. O segundo pilar foi a aproximação com os países árabes, envolvendo a troca de equipamento militar brasileiro por petróleo. O terceiro, a aproximação com a África Negra e maior condenação do *apartheid* na África do Sul. Por fim, a intensificação das relações com os países latino-americanos.

O início dos anos 1980 testemunhou uma crise do multilateralismo. Da parte do Brasil, houve a denúncia de que instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) se conformavam como espaços privilegiados do Norte Global. A reação do Brasil a esse contexto foi optar pela estratégia de cooperação Sul-Sul (TRAUMANN, 2007, p. 69; CERVO; BUENO, 2022, p. 444).

O Brasil procurou posicionar-se como um ator independente, promovendo essa cooperação Sul-Sul e a integração regional – o que estabeleceu bases para futuros projetos de integração. A política externa do período também incluiu o

desenvolvimento da indústria nuclear, destacando-se o citado acordo de cooperação nuclear com a Alemanha Ocidental, caracterizando uma abordagem diversificada e assertiva (SPEKTOR, 2002; SPEKTOR, 2006, p. 175).

Esse movimento de aproximação com o Sul Global coincide com o esfriamento da relação de “engajamento” com os Estados Unidos, exceto para a cooperação militar, que ocorreu no final da década de 1970 (SPEKTOR, 2006, p. 246-282).

A transição para o governo Figueiredo aprofundou a política de diversificação das parcerias internacionais do Brasil, em uma estratégia denominada *universalismo*. Nessa abordagem, o país buscava engajar-se com uma ampla gama de atores globais, favorecendo uma aproximação com países na América Latina, Oriente Médio, África e mesmo países do Bloco Oriental (SPEKTOR 2002, 2006; TEIXEIRA, 2002; SOCHACZEWSKI, 2004; FERREIRA, 2006; FARES, 2007; TRAUMANN, 2007).

Como observam Cervo e Bueno (2022, p. 451), a ativa política de promoção de exportações incluiu a tentativa de superação de barreiras tecnológicas e financeiras. O Brasil dedicou-se também à denúncia do protecionismo praticado por países desenvolvidos. Os autores citam a defesa de protecionismo e fomento que permitiu o florescimento de uma indústria nacional de informática, contra uma forte contestação norte-americana, como caso emblemático. (ADLER, 1986; VIGEVANI, 1995).

De acordo com Cervo & Bueno (2022, p. 463), o malogro do diálogo global Norte-Sul e a difícil conjuntura do relacionamento com países desenvolvidos incentivou o Brasil a buscar novas cooperações. As relações entre Brasil e Iraque foram construídas nesse contexto. Serviços de engenharia foram convidados a intervir na prospecção de petróleo, construção de estradas e assistência militar, abrindo caminho para grandes negócios com armamentos.

No início da década de 1980, o setor industrial brasileiro passava por profunda crise em razão do segundo choque do petróleo, e a indústria necessitava de vigoroso apoio estatal. A crise levou o governo Figueiredo a socorrer-se com o Fundo Monetário Internacional e o balanço de pagamento se deteriorou significativamente. A inflação alcançou índices inadmissíveis e o serviço da dívida ancorava a economia nacional (RICUPERO, 2021; CARNEIRO & MODIANO, 1990).

As políticas de fomento deram algum resultado, e o ano de 1984 apresentou uma recuperação da indústria de transformação - e da economia em geral - após a grave crise que perdurava desde a virada da década (CARNEIRO; MODIANO, 1990). Nesse contexto se insere a venda do moderno sistema Astros (*Artillery Saturation Rocket System*) da Avibrás para as forças militares iraquianas, que será analisado adiante.

Além da crise econômica, a década de 1980 foi marcada pela abertura política no Brasil, o que influenciou a política externa. Mais importante, a matriz energética brasileira tornava o país dependente do petróleo importado, acirrando a crise da dívida (VIOGT, 2010, p. 64, 125-131; FARES, 2007, p. 135). Essa crise impactou significativamente a diplomacia econômica do Brasil, deslocando o foco para a gestão das relações com instituições financeiras internacionais e países credores. Apesar disso, o Brasil manteve um papel ativo em fóruns regionais e globais, defendendo uma nova ordem econômica internacional e participando de iniciativas de cooperação Sul-Sul. Esse movimento procurou fortalecer a posição do Brasil como ator relevante no cenário global e líder regional (SOCHACZEWSKI, 2004; SANTANA, 2014, p. 63; VIZENTINI, 1998; FARES, 2007).

Diplomacia com o Oriente Médio e Política Comercial

Em relação ao Oriente Médio, a diplomacia brasileira no governo Figueiredo continuou a estratégia iniciada no governo Geisel, intensificando relações com países produtores de petróleo. Essa política resultou em acordos vantajosos para a importação de petróleo em troca de exportações de produtos manufaturados, como armas e alimentos. O objetivo era garantir a segurança energética do Brasil e fortalecer os laços com países árabes. Com isso, o país viabilizou uma alternativa ao emprego do dólar, escasso pela crise fiscal, para a obtenção do petróleo. (FARES, 2007; TRAUMANN, 2007; SANTANA, 2014).

Na política comercial, o governo Figueiredo incentivou a exportação de produtos manufaturados e de alta tecnologia, buscando diminuir a dependência de exportações de produtos primários. Essa estratégia resultou em um aumento significativo das exportações brasileiras de automóveis, aviões e produtos eletrônicos para mercados não tradicionais (FARES, 2007; SANTANA, 2014).

Dessa forma, o Oriente Médio foi particularmente importante para o esforço de diversificação e independência, no contexto da ampliação das relações Sul-Sul e da redução da dependência dos Estados Unidos (FARES, 2007; TRAUMANN, 2007).

Internacionalização Privada e Cooperação com o Iraque

O Iraque demonstrou-se um destino particularmente atraente para o esforço de ampliar mercados. As necessidades de Brasil e Iraque casavam-se perfeitamente: o que um precisava, o outro tinha para oferecer e vice-versa. Empreiteiras e indústria de armamentos brasileiros encontraram no Iraque um parceiro ávido pela diversificação de fornecedores e, ao contrário do Brasil, amplamente favorecido pelo choque do petróleo. Os equipamentos brasileiros eram baratos e confiáveis, sem as exigências políticas feitas por outros países. E o Brasil carecia de dólares e precisava de petróleo (FARES, 2007; TRAUMANN, 2007; VIÉGAS, 2009). Esse processo levou o Iraque a ser um dos principais parceiros da história das Relações Internacionais do Brasil (MENEM, 2020, p. 71).

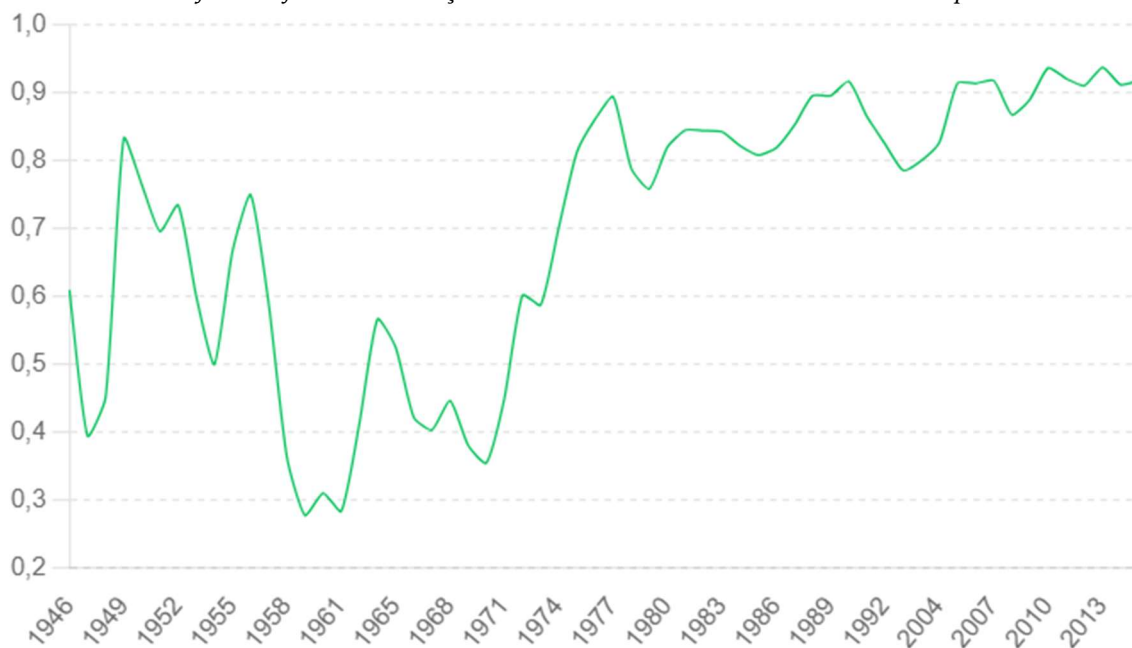
Essa relação foi ampla e estratégica, envolvendo intercâmbio de *know-how* técnico, venda de produtos industrializados como carros, armas e blindados; exploração de petróleo e parcerias no âmbito nuclear (MENEM, 2020, p. 72). Desde 1971, o Iraque, que havia assinado o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, começava secretamente a rompê-lo. No Brasil, o regime ditatorial permitia o silenciamento de críticas à ativa busca do país pelo domínio do ciclo nuclear (MALHEIROS, 1996; MENEM, 2020).

Brasil e Iraque estabeleceram relações diplomáticas em 1967. O primeiro acordo comercial relevante foi assinado em 1971, estabelecendo cooperação entre empresas estatais e de petróleo, incluindo exploração conjunta. Em 1973 foi aberta a Embaixada do Brasil em Bagdá (FARES, 2007b; MENEM, 2020). Ambos os regimes ditatoriais percebiam na aproximação um instrumento de redução da dependência em relação ao Norte Global. O Iraque buscava, já na segunda metade da década de 1970, diversificar seus fornecedores de material bélico. Antes predominantemente munido por material soviético, o país buscou primeiro na França e, depois, em potências médias como Brasil, Iugoslávia e Egito o fornecimento de material confiável, barato e com menos restrições políticas (PREISS, 2006, p. 112, p. 161).

A cooperação bélica se baseou na bem-sucedida parceria comercial da década de 1970. Então, a empreiteira Mendes Jr. possuía uma relevante operação no Iraque, e a Volkswagen do Brasil vendera 50.000 Passat, lá popularmente conhecidos como *Brazili* (FARES, 2007).

É relevante observar como essa aproximação foi também refletida em votações na Assembleia Geral da ONU. No gráfico abaixo, observa-se que, a partir da década de 1970, os votos de Brasil e Iraque atingem alto grau de afinidade. No gráfico, afinidade total é representada por 1 (todos os votos idênticos), total discrepância (todos os votos diferentes), por 0. O indicador representa a soma de votos similares pelo total de votos no ano.

Gráfico 1 – Afinidade de Votações na Assembleia Geral da ONU entre Brasil e Iraque



Fonte: Elaboração própria com base em (KAGGLE, 2024).

Esse período coincide com o “fim da equidistância” da política externa brasileira no Oriente Médio (SOCHACZEWSKI, 2002), quando o Brasil se distancia do sionismo e passa a apoiar a criação do estado palestino. Em 18 de maio de 1979, em comunicado conjunto com o Iraque, o Brasil reconheceu a Organização para a Libertação da Palestina “como o único e legítimo representante do povo palestino” e passou a apoiar oficialmente a criação de um estado palestino. O comunicado resultou da visita oficial do vice-presidente iraquiano a Brasília (O Estado de S. Paulo, 19 de maio de 1979, p. 6).

O Programa Astros e a Cooperação Tecnológica Brasil-Iraque: A Diplomacia na Promoção das Exportações de Armas

As exportações brasileiras de equipamentos militares saltaram de US\$ 5 milhões no período de 1964-73 para US\$ 1,6 bilhão entre 1974-83 e US\$ 2,3 bilhões no período 1984-1993. No período 1974-1993, em que o Brasil foi o 16º maior exportador mundial, o Iraque foi o principal comprador do país, absorvendo 21,8% das exportações brasileiras. A Líbia, em segundo, comprou 15,3% e o Reino Unido, em terceiro, 8,4% (MORAES, 2010).

O Programa Astros, cujo contrato de fornecimento foi assinado em setembro de 1981 e orçado em US\$ 503 milhões, chegou a ser considerado como o maior da indústria nacional de defesa. Além do fornecimento de lançadores de foguetes, dos próprios foguetes e de treinamento, estava prevista ampla cooperação com desenvolvimento e compartilhamento de tecnologia (ÁVILA, 2022; FARES, 2007). O Programa envolveu desenvolvimento e venda de equipamentos militares para o Oriente Médio, em uma parceria que abrangeu fomento à pesquisa nacional e posterior transferência de tecnologia.

Nesta seção, é analisado um conjunto de documentos relativos ao programa. Trata-se de dossiê que inclui documentos de inteligência produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pela Divisão de Segurança e Informações (DSI) do MRE. O conjunto inclui, além dos contratos comerciais, documentos setoriais e empresariais brasileiros e iraquianos. A coletânea está identificada como AC ACE 41200/84 SEC, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (sian.an.gov.br). Os documentos revelam como o esforço de promoção da indústria bélica envolveu diferentes setores do Estado Brasileiro, abrangendo iniciativas diplomáticas para manter o prestígio e confiabilidade perante o Estado Iraquiano, em que pesem as dificuldades financeiras e tecnológicas.

Esse esforço diplomático é manifesto em observação encontrada em um relatório do grupo de trabalho estabelecido pela Avibrás, encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, Ernane Galvêas (AVIBRÁS, 1983). O grupo de trabalho foi composto por técnicos da Avibrás, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Creai), da Carteira de Comércio Exterior (Cacex) e da Carteira de Crédito Geral (Crege). O grupo observa, em setembro de 1983, a reestruturação que passara a indústria bélica brasileira nos oito anos anteriores. O objetivo estratégico era, em primeiro lugar, produzir equipamentos com tecnologia própria sempre que possível, e “agredir o mercado externo de forma organizada, com a finalidade de ampliar seu elenco de compradores e criar divisas” (AVIBRÁS, 1983, p. 13). O relatório destaca que a única restrição de caráter político era prospectar vendas para países com quem o Brasil não mantivesse relações diplomáticas regulares. O relatório menciona ainda pressões realizadas contra a participação do Brasil neste mercado, feitas pelos países que tradicionalmente o dominavam, todos grandes produtores de material militar. Com o objetivo de proporcionar meios para a obtenção de tecnologias de ponta, garantir mercados, rentabilidade e evitar a superposição de esforços, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) elaborou, em conjunto com o MRE e os Ministérios Militares, a Política de Exportação de Material de Emprego Militar (PEMEM). Essa política identificou como tendência o crescimento significativo dos mercados de armamentos brasileiros no Oriente Médio - então o maior comprador - e na Ásia, onde já se iniciavam exibições de carros de combate, foguetes e aviões brasileiros (AVIBRÁS, 1983).

O Projeto Astros foi desenvolvido no decorrer de 1981 e, embora restrito ao projeto técnico e carente de recursos para ter sua produção viabilizada, despertou o interesse das forças armadas iraquianas. Com a assinatura do contrato, o governo do Iraque e a Avibrás previam o desenvolvimento, produção e entrega de componentes do Sistema Astros, além de treinamento e transferência de tecnologia. O Iraque contratou o seguinte material, com os respectivos prazos de entrega:

Tabela 1

Material	Quantidade	Preço em US\$	Prazo de entrega
Containers	432	19.980.000	4 mensais a partir do 18o mês
Lançadores	36	10.152.000	48 mensais a partir do 18o mês
Municiadoras	18	3.456.000	4 mensais a partir do 18o mês
Diretoras	9	29.781.000	1 mensal a partir do 33o mês
Foguete SS 30	66.000	190.080.000	5.000 mensais a partir do 18o mês
Foguete SS 40	15.000	127.950.000	1.000 mensais a partir do 18o mês
Foguete SS 60	1.200	37.560.000	200 mensais a partir do 18o mês
Total em US\$	418.959.000		

Fonte: Iraque (1981)

Dessa forma, a previsão de início dos embarques se daria a partir do 18º mês de contrato, contando a partir de novembro de 1981. Em contrapartida, a Avibrás receberia um pagamento inicial de US\$ 59 milhões, além de US\$ 55 milhões referentes à transferência de tecnologia. Esses valores foram investidos pela empresa na implantação da nova linha de produção para atendimento dessa demanda específica. A empresa obteve ainda um financiamento de US\$ 19,29 milhões pelo PROEx, o que terminou de viabilizar a construção do novo complexo industrial (IRAQUE, 1981; BRASIL, 1984a).

A Informação nº 38/51/AC/84 (secreto), produzida em 04 de abril de 1984 pela Agência Central do SNI (Brasil, 1984a), aborda o impasse da empresa em cumprir o contrato. Segundo o documento, razões de ordem econômica, financeira e administrativa dificultaram o cumprimento dos cronogramas de entrega. Autoridades iraquianas passaram a desacreditar a empresa, questionando sua capacidade de honrar o contrato. Questionamentos foram feitos tanto formal como informalmente, na oportunidade de encontros bilaterais.

De acordo com o documento, ao contratar a Avibrás, o governo iraquiano estava ciente das limitações e da carência de capacidade industrial imediata para a condução do projeto, bem como da necessidade de construção do parque industrial. Os pagamentos e financiamento iniciais destinavam-se especificamente à construção desse parque.

Contudo, embora a maior parte dos pagamentos tenham sido executados conforme acordado, diversos fatores dificultaram a execução do contrato no prazo. De partida, o Iraque atrasou o pagamento de parcela relativa à transferência de tecnologia. Além disso, havia previsão de obtenção de financiamento junto a fornecedores externos. Contudo, a precária situação fiscal e econômica do Brasil fez com que fornecedores passassem a exigir pagamentos “contra embarque”, além do adiantamento de 20% no ato das encomendas. Houve significativo atraso no cronograma de execução das obras do parque industrial. Testes de foguetes foram retardados pela reduzida “janela de tiro”, ou agenda para testes de tiro real no campo de Marambaia/RJ. Por fim, as chuvas de julho de 1983 provocaram danos significativos nos galpões onde parte dos equipamentos eram fabricados (BRASIL, 1984abc).

Os atrasos motivaram manifestações de preocupação com a situação da empresa por parte de autoridades iraquianas. Particularmente, a situação afligia a Organização das Indústrias Tecnológicas do Setor Público do Iraque (SOTI), instituição responsável pela cooperação militar com o Brasil e pela supervisão do contrato com a Avibrás. Uma missão do Itamaraty enviada ao Iraque em 1983 recebeu do General iraquiano Abbel Gawad Amin, presidente da SOTI, críticas e dúvidas acerca do cumprimento do contrato. (BRASIL, 1984ac).

Executivos das grandes empresas de equipamento militar do Brasil, de acordo com a Informação nº 38/51/AC/84 do SNI (BRASIL, 1984a) e a Informação nº 120/84/DSI do MRE (BRASIL, 1984c), tinham bom trânsito com o governo iraquiano. Nesse sentido, por exemplo, há uma crítica nos documentos à atuação de José Luiz Whitaker que, sendo muito próximo de autoridades iraquianas, teria contribuído para a incerteza iraquiana ao comentar as dificuldades enfrentadas pela Avibrás. Whitaker era presidente da Engesa e da IMBEL, outras duas relevantes empresas da indústria bélica nacional.

No esforço de aplacar a apreensão iraquiana, o Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty realizou missão a Bagdá, em janeiro de 1984, com resultados considerados muito positivos. Nesta missão, esteve presente o Diretor do Centro Tecnológico do Exército Brasileiro, que prestou ao governo local esclarecimentos sobre o desenvolvimento do projeto Astros e afiançou a capacidade de execução do contrato por parte da Avibrás (BRASIL, 1984c).

A comitiva encontrou-se também com o Gen. Gawad Amin, que embora houvesse recém passado para a reserva, ainda mantinha forte influência no governo local, e obteve a indicação de que atrasos em torno de 6 meses na execução do contrato seriam aceitáveis, principalmente se a empresa alegasse motivos de força maior, como as chuvas de 1983 (BRASIL, 1984c). As intervenções diplomáticas surtiram efeito e, como observa Ávila (2022, p. 10), o “Projeto Astros” representou, ao tempo, mais que um caso de sucesso, mas o ápice da cooperação técnico-militar brasileiro-iraquiana.

Em síntese, a cooperação técnico-militar entre o Brasil e o Iraque foi fruto de uma política bem elaborada e com objetivos claros de fomento à indústria bélica nacional e ampliação de mercados. Essa política envolveu setores privados e estatais. A orientação política de envolver todos os países com quem o Brasil mantinha relações diplomáticas regulares foi bem absorvida pela indústria. Ávila (2022) considera este um caso de “diplomacia paralela”. Não obstante, o material analisado sugere uma política bem coordenada, formalizada na PEMEM com efetivo papel do MRE, cuja participação da indústria e dos ministérios envolvidos, incluindo economia, defesa, diplomacia e inteligência, foi bem integrada e instruída.

O desfecho do caso Astros, contudo, foi negativo no longo prazo. Sochaczewski (2004, p. 151-152) destaca que o Iraque deixou de pagar a Avibrás, que enfrentou grandes dificuldades, assim como a Engesa, que faliu por falta de pagamento. O comércio Brasil-Iraque praticamente deixou de existir após a invasão norte-americana do Iraque (FARES, 2007, p. 166).

A Cooperação Brasil-Iraque na visão da CIA

É natural que uma política ativa e coordenada como esta, consubstanciada na aproximação de duas potências médias ascendentes no cenário internacional, chamasse a atenção das grandes potências. Adotando-se a abordagem da percepção de ameaças, de Walt (1987), o Brasil e o Iraque ampliavam seu poder, aumentando a ameaça percebida por outros atores. Com efeito, diversos documentos foram elaborados pela CIA sobre o tema, e com essa percepção de ameaça literalmente manifesta. Esta seção analisa 09 documentos desclassificados e disponíveis em www.cia.gov/readingroom/, onde podem ser encontrados pelos números de referência.

Esses documentos reforçam o complexo panorama das relações Brasil-Iraque nos anos 1980, com ênfase na cooperação militar. As exportações de armas e tecnologia militar brasileira, bem como a cooperação na área nuclear são analisadas de forma recorrente nas fontes pesquisadas.

O documento CIA-RDP83B01027R000300080043-3 (NFAC 0924-80, 1980, secreto) trata-se de uma minuta para reunião ministerial sobre proliferação nuclear. Embora curto e resumido aos tópicos tratados, revela o foco das atenções estadunidenses sobre o tema. Os países abordados são Paquistão, Índia, Brasil, Argentina, Iraque, Níger e Líbia. Em relação ao Brasil, são destacadas especificamente as implicações do acordo nuclear com o Iraque e uma possível cooperação nuclear com a Argentina. Em relação ao Iraque, trata das implicações de sua agressiva busca por tecnologia nuclear. O documento ressalta a importância dada pelos norte-americanos de monitorar essas interações, considerando seus efeitos para a segurança regional e a proliferação nuclear.

A formação da política externa brasileira é detalhada no documento CIA-RDP84S00552R000200130005-0 (The Making of Brazilian Foreign Policy, secreto, junho de 1983), um *research paper*, mais longo e aprofundado que um relatório comum. O documento enfatiza que, a partir do começo da década de 1970, o MRE reconquistou gradualmente e consolidou a preeminência política que ocupava até o golpe militar de 1964. Não obstante, a CIA percebia outros atores secundários com relevante influência na política externa: os militares, o grupo de assessores principais de Figueiredo conhecido como “Grupo das Nove Horas”, o Conselho de Segurança Nacional e ministérios como a Casa Civil, Fazenda e Indústria e Comércio.

Pela análise norte-americana, o Itamaraty compartilhava as posições de outros atores domésticos em termos de comércio internacional, transferência de tecnologia, energia nuclear, desenvolvimento econômico e assuntos internacionais relevantes. Essas posições, segundo o documento, refletiam uma abordagem nacionalista da política externa que tenderia a provocar atritos com os Estados Unidos. Grupos econômicos também são citados como relevantes ao tentar, cada vez mais, influenciar na definição e execução da política externa. É interessante observar como essa análise harmoniza-se com a cooperação e coordenação entre diversos setores encontrada no dossiê do SNI sobre o programa Astros.

O relatório destaca como a opinião pública importava pouco para a definição da Política Externa, bem como não havia obstáculos na imprensa a esse respeito. Mesmo partidos de oposição, como o MDB, não questionavam a política externa. Dessa forma, a estratégia de colocar-se como um líder regional, de aproximar-se do *Terceiro Mundo*, e de diversificar os laços econômicos e políticos, estaria intimamente ligada com o consenso formado nesse grupo restrito definidor de política externa, centrado no MRE.

De acordo com o documento, as forças armadas respaldavam a Política Externa pelo seu papel em defesa de interesses nacionais. A propensão brasileira a resolver problemas por intermédio de contatos pessoais favorecia contribuições informais significativas por parte do chefe da Casa Militar e do Ministério da Marinha, bem como de diversos oficiais de alta patente, tanto da ativa como da reserva. Como exemplo, o relatório cita como o Ministro-Chefe do SNI, um general da ativa próximo a Figueiredo, foi fundamental ao bloquear a abertura de um escritório da Organização pela Libertação da Palestina no Brasil. O Itamaraty havia proposto a abertura do escritório.

Uma divergência é citada no caso do conflito Irã-Iraque. De acordo com o documento, o CSN apoiava a continuidade de uma relação próxima com o Iraque, enquanto o Itamaraty advogava por equilibrar a balança ao ampliar os laços com o Irã. A extensiva relação militar com o Iraque é citada como o provável fator definidor dessa posição. Não obstante, o CSN mudou de posição após 1982 e a abordagem do Brasil ao conflito passou a ser ainda mais equidistante.

Em relação aos demais ministérios, o relatório destaca a influência do ministro do Planejamento, Delfim Netto, que negociou pacotes comerciais significativos e diversificados com o Iraque e a União Soviética.

Em relação ao Iraque, o documento ressalta as extensivas relações desenvolvidas desde 1976, derivadas do ímpeto econômico pela busca de novos mercados de exportação, venda de armas e fornecimento de petróleo. A importância dada à diversificação de mercados é enfatizada pela recusa do Brasil em tomar partido do Iraque na guerra com o Irã, em que pese a dependência do petróleo e a importância do mercado de armamentos. Mais uma vez, a análise é harmônica com a historiografia da política externa brasileira do período.

O documento CIA-RDP84S00558R000400100003-7 (Third World Arms Exporters, secreto, 1983), também um *Research Paper*, foca nos exportadores de armas do *Terceiro Mundo*, destacando o Brasil como um dos principais fornecedores emergentes, juntamente com Israel, Singapura e Coreia do Sul. Em relação ao Brasil, o documento prevê o avanço para além da produção de veículos leves e aeronaves de treinamento para a exportação de mísseis e caças. Não obstante, ressalta que dificilmente esses equipamentos competiriam com os avançados sistemas estadunidenses.

De acordo com o documento, entre 1976 e 1982, o Oriente Médio absorveu 61% das exportações de armas do *Terceiro Mundo*, com Brasil, Iugoslávia, Coreia do Norte e Egito aprofundando as relações com países produtores de petróleo (ver Tabela 1). Países da América Latina compraram principalmente do Brasil e de Israel, absorvendo 20% das vendas. Esse enfoque dado pela Inteligência norte-americana reforça a nossa análise de como essas relações comerciais eram percebidas como significativas e motivo de preocupação por parte dos EUA.

Tabela 2 – Principais exportadores de armas do Terceiro Mundo (1976-1982)

País	Total (US\$ milhões)	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Total	13.214	1.014	644	1.105	1.787	1.109	5.402	2.650
Iugoslávia	2.942	543	158	115	414	157	880	675
Brasil	2.205	30	82	260	81	89	1.220	443
Coreia do Sul	2.200	206	88	133	168	240	1.247	118
Israel	1.786	79	86	246	212	121	534	508
Coreia do Norte	1.470	80	5	124	130	421	613	97
Egito	898	14	42	76	13	29	204	520
Arábia Saudita	670	0	22	102	55	10	481	NEGL
Líbia	473	0	20	12	89	7	75	270
Paquistão	152	5	32	16	1	4	89	5
África do Sul	150	3	47	3	93	NEGL	1	NEGL
Singapura	137	18	8	9	19	15	58	10
Índia	131	36	54	9	12	16	0	4

Fonte: CIA (RDP84S00558R000400100003-7) (1983)

O documento cita os embargos estadunidenses como um poderoso instrumento de influência, incluindo o embargo de 1977 às exportações de armamentos brasileiros por violações de direitos humanos. Também cita o efeito na redução das importações de armamentos pelos países que desenvolveram uma indústria bélica própria, onde o Brasil também é citado como o exemplo mais relevante. De acordo com o relatório, de 1975 a 1983, o Brasil reduziu em 75% sua importação de armamentos.

Com Avibrás, Engesa, Embraer e IMBEL citadas como as principais empresas do setor no Brasil, o documento enfatiza a capacidade do país de competir com grandes produtores de armamentos. A combinação de inovação tecnológica, políticas governamentais de apoio e diplomacia proativa permitiu ao Brasil estabelecer uma presença forte e competitiva nesse mercado.

O progresso do programa nuclear iraquiano é analisado no documento DOC_0000875771 (IRAQ NUCLEAR PROJECT, ultrassecreto, 1983), que menciona a necessidade do Iraque de obter assistência estrangeira para alcançar seus objetivos nucleares, incluindo o Brasil como uma possível fonte de assistência. A parte que detalha a cooperação nuclear com o Brasil está suprimida, mas o documento afirma que intercâmbios nucleares cresceram após a assinatura de um acordo de cooperação.

O documento afirma que o Iraque dependeria do Brasil ou da Espanha para produzir um reator nuclear clandestinamente. Nesse sentido, o Brasil poderia ajudar o país a desenvolver um reator de pesquisas, mas apenas na faixa de 2 a 5 MWt.

Sobre o tema nuclear, o documento DOC_0005743962 (BRAZIL'S CHANGING NUCLEAR GOALS: MOTIVES AND CONSTRAINTS, SNIE 93-83, secreto, 1983) examina as mudanças nas metas nucleares do Brasil, destacando os fatores políticos, econômicos e tecnológicos que as influenciaram. O relatório afirma que o Brasil assinou acordos nucleares com o Iraque e com a Líbia. O acordo com o Iraque fora firmado antes da destruição das instalações nucleares desse país por Israel, e o acordo permanecia vigente em 1983. De acordo com o documento, houve relatos de transporte inseguro de dióxido de urânio do Brasil para o Iraque em 1981.

O Brasil, embora não tenha decidido firmemente desenvolver armas nucleares, explorava tecnologias que poderiam permitir essa capacidade. A cooperação com o Iraque foi vista como uma maneira de obter apoio técnico e financeiro para projetos nucleares. De acordo com a CIA, a busca do Brasil por uma capacidade nuclear autônoma era motivada pelo desejo de independência tecnológica e pela percepção de que o domínio da tecnologia nuclear era crucial para o desenvolvimento econômico e a segurança nacional.

Esses dois últimos documentos reforçam a preocupação dos Estados Unidos com as relações Brasil-Iraque e sua potencial influência na proliferação nuclear e alteração na balança de ameaças no Oriente Médio e na América do Sul.

A expansão das exportações de armas brasileiras é examinada no documento CIA-RDP85S00317R000200020003-4 (BRAZIL: EXPORTING ARMS TO THE THIRD WORLD, secreto, 1984), que destaca como o Brasil cresceu para ser o 8º maior exportador de armas mundial. A busca agressiva de mercados pelo Brasil preocupou a Inteligência estadunidense, particularmente em relação à possível transferência de tecnologia para países hostis aos EUA.

O documento destaca a importância da cooperação técnica e das transferências de tecnologia para a indústria brasileira. Entre outras empresas, a Avibrás é citada como de importância estratégica e a venda do sistema Astros ao Iraque é apresentada como um exemplo de sucesso. De acordo com o documento, Iraque e Líbia respondiam por mais da metade das exportações de armas brasileiras. Utilizando relatórios de adidos e outros colaboradores, o documento afirma que países menos desenvolvidos apreciavam as armas brasileiras por serem simples, duráveis e baratas. Além disso, o Brasil provou ser um fornecedor confiável e que não impunha obstáculos à reexportação. Os analistas ainda pontuam a importância dos subsídios governamentais às exportações.

A análise prossegue identificando atores centrais na política de exportação de armas brasileira. O MRE, os ministérios da área econômica, as forças armadas, a indústria bélica e o palácio presidencial são listados como determinantes nessa política. José Whitaker, presidente da Engesa, é especialmente citado como uma personalidade influente por sua reputação como a força motriz da indústria bélica nacional – reforçando o dado encontrado no relatório do SNI analisado acima. De acordo com o relatório, a Engesa e outras indústrias contavam com o apoio das embaixadas

brasileiras e da rede de adidos militares na prospecção de mercados, demonstração de produtos e negociações com compradores estrangeiros.

O relatório dedica uma seção ao envolvimento árabe na pesquisa, desenvolvimento e compras de armamentos brasileiros. O Iraque, naturalmente, ocupava a principal posição, e o sistema Astros é citado como principal exemplo de cooperação. A necessidade iraquiana de mísseis mais poderosos levou o país a demonstrar interesse pelo programa espacial brasileiro. Citando uma fonte sênior do Instituto Técnico de Aeronáutica, o documento diz que em 1981-1982 foi desenvolvido o “Projeto Especial Oriente Médio” para produzir um míssil, ou em conjunto com o Iraque, ou financiado por esse país.

A análise demonstra a capacidade do Brasil de fornecer sistemas de armas avançados e de estabelecer relações comerciais duradouras com países do Oriente Médio. O documento evidencia como o Brasil utilizou sua expertise tecnológica para se posicionar como um fornecedor confiável de armamentos no mercado internacional, integrando seus objetivos econômicos e diplomáticos.

O documento CIA-RDP85T01184R000301680002-7 (LATIN AMERICA REVIEW, secreto, 1985) fornece uma visão geral das tendências políticas e econômicas na América Latina, com uma análise específica sobre o Brasil e suas relações internacionais. A cooperação com o Iraque é mencionada no contexto da busca do Brasil por novos mercados e parcerias estratégicas. O documento enfatiza que o Iraque era o principal fornecedor de petróleo para o Brasil, o maior consumidor de armamentos brasileiros, e um grande comprador de produtos industrializados e agrícolas do Brasil. Desde meados de 1970, 2.200 veículos blindados e 60 sistemas de mísseis Astros II haviam sido vendidos ao Iraque. O documento afirma que o Brasil exportara *yellowcake* de urânio nos últimos dois anos e fornecera alguma tecnologia nuclear ao Iraque.

De acordo com essa análise, a guerra entre o Irã e o Iraque aumentou as exportações para o Iraque apesar das queixas iranianas. O Brasil argumentava que fornecia apenas armamentos contratados anteriormente a 1980, embora, de acordo com o documento, um novo contrato de US\$ 88 milhões acabara de ser firmado.

A importância das exportações de defesa para a economia brasileira e a estratégia do governo de promover a indústria bélica como uma ferramenta de política externa são destacadas, mostrando como o Brasil diversificou suas exportações e aumentou sua influência no Oriente Médio.

O documento CIA-RDP88T00706R000500410003-2 (HANDBOOK OF MAJOR WEAPONS EXPORTED TO THE THIRD WORLD: 1981-86, secreto, 1987) trata-se de um manual que lista os principais armamentos vendidos ao Sul Global. Os equipamentos brasileiros ocupam um lugar de destaque, e a venda do sistema Astros e de tanques ao Oriente Médio refletem a capacidade do Brasil de desenvolver e exportar tecnologia militar avançada.

O documento CIA-RDP04T00990R000100600001-4 (1988 – Brazil: Orbita Aerospace Systems: Brazil’s Newest Missile Developer) foca na criação da empresa Órbita Sistemas Aeroespaciais S.A. em 1987. Segundo o documento, tratava-se de um novo e centralizado centro de pesquisa e desenvolvimento de mísseis, com o objetivo de fortalecer o esforço brasileiro de inserir-se no mercado internacional de mísseis. A empresa era fortemente apoiada pelo governo federal e pelo setor militar, e seria capaz de utilizar a capacidade de produção, pesquisa e computação das empresas-mãe (*holdings*), Engesa e Embraer.

O relatório ressalta a interconexão entre os gestores da empresa e o setor militar. O relatório avalia que a empresa fora criada para fortalecer o ímpeto da Engesa em ampliar sua participação no mercado internacional, particularmente no terceiro mundo. Diretores da Órbita acompanharam viagens de negócio da Engesa e da Embraer para o Iraque, os Emirados Árabes Unidos e a Líbia no final de 1987, com o objetivo de apresentar os projetos da empresa.

O relatório menciona relatos não confirmados de que a Órbita desenvolvia um míssil terra-ar, conhecido como MSA 1.3, similar ao Javelin, em conjunto com a British Aerospace. Não obstante, o relatório identifica restrições ao

desenvolvimento da empresa em razão de dúvidas sobre a capacidade tecnológica brasileira e de dificuldades financeiras de Engesa e Embraer.

De maneira geral, o documento demonstra a preocupação norte-americana com o desenvolvimento de tecnologia militar no Sul Global, ressaltando os esforços do Brasil para desenvolver e exportar tecnologia militar avançada. O Oriente Médio figura como destino estratégico desses esforços, elevando o alerta norte-americano em um contexto de ascensão dessas potências médias.

Esses documentos da inteligência estadunidense evidenciam a envergadura estratégica da parceria Brasil-Iraque no setor de defesa. A atenção norte-americana reflete a importância geopolítica dessas relações e as implicações de segurança global associadas à percepção de ameaça decorrente das exportações de tecnologia militar pelo Brasil e da cooperação nuclear com o Iraque.

Considerações Finais

A política externa dos governos de Geisel e Figueiredo, caracterizadas respectivamente pelo pragmatismo responsável e pelo universalismo, buscou engajar o Brasil em relações vantajosas com países do Sul Global, incluindo o Iraque. Essa estratégia não apenas garantiu um relevante mercado para as exportações brasileiras, mas também fortaleceu os laços diplomáticos e tecnológicos entre os dois países. A venda do sistema Astros ao Iraque é um exemplo marcante dessa política, evidenciando o sucesso do Brasil em desenvolver e exportar tecnologia militar avançada.

As relações entre Brasil e Iraque no período destacaram-se pela significativa cooperação diplomática, econômica e militar, refletindo os esforços do Brasil para diversificar suas parcerias internacionais e consolidar sua autonomia no cenário global. A integração entre diplomacia, empresas privadas e setor militar foi fundamental para a promoção das exportações de armas e tecnologia. O caso estabelece um exemplo de como potências médias podem colaborar para fortalecer suas capacidades e influências regionais.

Em razão disso, a cooperação técnico-militar entre Brasil e Iraque atraiu a atenção de grandes potências, como os Estados Unidos, que em razão da ameaça percebida, monitoraram essas interações por meio de suas agências de inteligência. Documentos da CIA analisados revelam a importância geopolítica dessa parceria e as preocupações com a proliferação de tecnologia militar e nuclear. A atenção norte-americana a essas atividades reflete as implicações de segurança global associadas às exportações de armamentos e à cooperação tecnológica entre as duas nações emergentes.

Evidencia-se com isso como a integração de esforços diplomáticos, empresariais e militares pode ser eficaz na projeção de poder e na diversificação das relações internacionais. A política de exportação de armamentos do Brasil foi bem coordenada e sistematizada em instrumentos como a PEMEM, e esteve alinhada com os objetivos estratégicos do país de autonomia e desenvolvimento. Esse esforço consolidou o país como um ator relevante no mercado internacional de defesa, ao mesmo tempo em que fortaleceu sua posição como líder regional e colaborador estratégico no contexto da cooperação Sul-Sul.

Referências

AVIBRÁS. **Relatório do Grupo de Trabalho - PROEx**. 19 de outubro de 1983.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Informação nº 38/51/Agência Central/84, 04 de abril de 1984a. **Avibrás Indústria Aeroespacial S.A.** Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84041200 <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1854670&v_a_ba=1>.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Pedido de Busca nº 012/51/AC/84, 17 de janeiro de 1984b. **Avibrás Indústria Aeroespacial S.A.** Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84041200 - Dossiê <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1854670&v_a_ba=1>.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informação nº 120/84/DSI/MRE, **Descrédito da Avibrás no Iraque**, 22 de fevereiro 1984c. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84041200 - Dossiê <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1854670&v_abas=1>.

BRASIL apoia a criação do Estado palestino. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 maio 1979, p. 6.

CIA. Directorate of Intelligence. CIA-RDP04T00990R000100600001-4 - **Brazil: Orbita Aerospace Systems: Brazil's Newest Missile Developer**. 20 de maio de 1988. Disponível em: <<https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp04t00990r000100600001-4>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CIA. The Director of Central Intelligence. CIA-RDP83B01027R000300080043-3 - **Meeting on Warning**. 8 de fevereiro de 1980. Disponível em: <<https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp83b01027r000300080043-3>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CIA. Directorate of Intelligence. CIA-RDP84S00552R000200130005-0 - **The Making of Brazilian Foreign Policy**: a research paper. 1983. Disponível em: <<https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp84s00552r000200130005-0>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CIA. Directorate of Intelligence. CIA-RDP84S00558R000400100003-7. **Third World Arms Exporters**. 1983. Disponível em: <<https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp84s00558r000400100003-7>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CIA. Directorate of Intelligence. CIA-RDP85S00317R000200020003-4. **Brazil: Exporting Arms to the Third World**. Intelligence Assessment. 1984. Disponível em: <<https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp85s00317r000200020003-4>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CIA. CIA-RDP85T01184R000301680002-7. **Latin America Review 1985**. 1985. Disponível em: <<https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp85t01184r000301680002-7>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CIA. Directorate of Intelligence. CIA-RDP88T00706R000500410003-2. **Handbook of Major Weapons Exports Third World: 1981-86**. 1987. Disponível em: <<https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp88t00706r000500410003-2>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CIA. DOC_0000875771 - **Iraq Nuclear Project**. 1983. Disponível em: <<https://www.cia.gov/readingroom/document/0000875771>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CIA. Director of Central Intelligence. DOC_0005743962 - **Brazil's Changing Nuclear Goals**: motives and constraints. 1983. Disponível em: <<https://www.cia.gov/readingroom/document/0005743962>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

IRAQUE. Ministry of Defense. **Contract 981/A.S./12EE 1320**. 18 de setembro de 1981.

ADLER, Emanuel. Ideological “guerrillas” and the quest for technological autonomy: Brazil’s domestic computer industry. **International Organization**, v. 40, n.3, p. 678-705, 1986.

ÁVILA, Carlos Frederico. Brasil-Iraque 1978-1991: a formação de uma parceria técnico-militar. **História**, v. 41, e2022049, 2022.

BOWEN, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. **Qualitative Research Journal**, 9(2), 27-40.

CARNEIRO, Dionísio & MODIANO, Eduardo. Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo (org). **A Ordem do Progresso**: cem anos de política econômica republicana - 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CELLARD, A. A análise documental. In: Poupard, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 6. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022.

FARES, Seme Taleb. **O pragmatismo do petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque, de 1973 a 2007**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2007a.

FARES, Seme Taleb. O pragmatismo do petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 50, n. 2, p. 129-145, 2007b.

FERREIRA, Túlio. A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, n. 2, p. 119-136, 2006.

HERMAN, Michael. **Intelligence Power in Peace and War**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KAGGLE. **Banco de dados**, 2024. Disponível em: <https://www.kaggle.com/datasets/unitednations/general-assembly/>. Acesso em: 1 dez. 2023.

MALHEIROS, Tânia. **Histórias Secretas do Brasil Nuclear**. Rio de Janeiro: WVA, 1996.

MENEM, Issam Rabi. **Geopolítica da cooperação Sul-Sul entre Brasil e Oriente Médio: variáveis conjunturais e estruturais para análise das perspectivas de contribuição para a resolução da crise na Síria**. Dissertação de Mestrado em Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu: UNILA, 2020.

MORAES, Rodrigo. Ascensão e queda das exportações brasileiras de equipamentos militares. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Ipea, v. 3, p. 59-70, 2010.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2021.

PREISS, José Luiz Silva. **América do Sul e Oriente Médio sob Influências Internacionais Através de um estudo de caso: As Relações Brasil- Iraque (1964-1991)**. Tese de Mestrado em Relações Internacionais, Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SALEH, Alexandre; SPOHR, Alexandre; MATTOS, Fernando; ANDRIOTTI, Luiza. Relações Brasil/Iraque: desenvolvimento nacional e projeto de potência (1973-1985). **Revista Fronteira**, v. 9, n. 18, p. 7- 25, 2010.

SANTANA, Carlos. Brazil's Relations with the Middle East in the "Oil Shock" Era: Pragmatism, Universalism, and Development in the 1970s. In: AMAR, Paul (org). **The Middle East and Brazil: Perspectives on the New Global South**. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 2014.

SOCHACZEWSKI, Monique. **O fim da equidistância: o veto brasileiro ao sionismo e a política externa do governo Geisel para o Oriente Médio**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

SOCHACZEWSKI, Monique. Palestine-Israel Controversies in the 1970s and the Birth of Brazilian Transregionalism. In: AMAR, Paul (org). **The Middle East and Brazil: Perspectives on the New Global South**. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 2014.

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 45, n. 1, 2002.

SPEKTOR, Matias. **Equivocal engagement: Kissinger, Silveira and the politics of U.S.-Brazil relations (1969-1983)**. Tese de doutorado [DPhil in International Relations], Oxford, Department of Politics and International Relations, University of Oxford, 2006.

TEIXEIRA, Ivana. **O universalismo diante da possibilidade europeia. A política externa do governo Figueiredo**. Itajaí: Univali, 2002.

TRAUMANN, Andrew. **A diplomacia dos petrodólares: Relações do Brasil com o Mundo Árabe (1973-1985)**. Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP, 2007.

VIÉGAS, João Ricardo. **A Internacionalização Privada na Onda Estatizante: as relações público-privadas na internacionalização das empreiteiras brasileiras entre 1974-1979**. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

VIGEVANI, Tullo. **O contencioso Brasil-Estados Unidos da informática**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.

VIOGT, Márcio. **O impacto dos choques petrolíferos na diplomacia brasileira (1969-1985)**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

VIZENTINI, Paulo. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralismo, desenvolvimento e a construção de uma potência média**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

WALT, Stephen. **The Origins of Alliances**. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

Funções de colaboração exercidas

Marcelo Furtado Martins de Paula:

Conceituação; Análise formal; Software; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)